



Revista História : Debates e Tendências (Online)

ISSN: 2238-8885

Universidade de Passo Fundo, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História

Radin, José Carlos

A indústria frigorífica no oeste catarinense e a participação dos ítalos (1940-1960)
Revista História : Debates e Tendências (Online), vol. 19, núm. 4, 2019, pp. 720-744

Universidade de Passo Fundo, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História

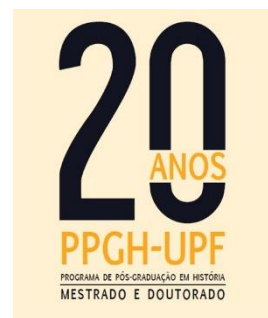
DOI: <https://doi.org/10.5335/hdtv.19n.4.10495>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552464577009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UABEM
redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto



A indústria frigorífica no oeste catarinense e a participação dos ítalos (1940-1960)

The Italian-Brazilians' influence on the creation of slaughterhouses in the west of Santa Catarina (1940-1960)

La industria del frío en el oeste de Santa Catarina y la participación de los italianos (1940-1960)

José Carlos Radinⁱ

Resumo: Analisa a participação dos ítalo-brasileiros no processo de desenvolvimento da indústria frigorífica do Oeste catarinense (1940-1960). Apresenta a região, enquanto fronteira agrícola ocupada por colonos e o perfil dos líderes na criação dos frigoríficos, bem como aponta razões da modernização dessa indústria. Evidencia os fatores da gênese de tal processo industrial, em particular os que favoreceram a acumulação de capital por algumas famílias e o reinvestimento na formação de sistemas produtivos que se especializaram no processamento de carne suína. Fundamenta-se principalmente na literatura existente sobre o tema, destacando que o surgimento e estruturação dos frigoríficos se deve sobretudo aos descendentes de italianos, cujas famílias, compuseram inicialmente os assentamentos agrícolas e, gradativamente, empreenderam no comércio e acumularam capital, o que lhes permitiu investir também na indústria frigorífica.

Palavras Chave: Frigoríficos. Pequena agricultura. Santa Catarina.

Abstract: It analyzes the participation of Italian-Brazilians in the development of the western Santa Catarina legal industry (1940-1960). It presents a region as an agricultural frontier occupied by settlers as well as the profile of the leaders in the creation of slaughterhouses, and the reasons for the modernization of this industry. It discusses the main factors in the industrial process, particularly those that favor the capital accumulation by some families and the investment in the formation of productive systems that specialize in pork processing. This article is based mainly on the existing literature on the subject, emphasizing that the emergence and structuring of the slaughterhouses efforts must be mainly for the descendants of Italians, the families, those who agree with the agricultural settlements and gradually undertook the commerce and accumulated capital, also invest in the cold industry.

Keywords: Slaughterhouses. Small farming. Santa Catarina.

Resumen: Analiza la participación de ítalo-brasileños en el proceso de desarrollo de la industria de refrigeración de Santa Catarina (1940-1960). Presenta la región, como una frontera agrícola ocupada por colonos y el perfil de los líderes en la modernización de esta industria. Destaca los factores de la génesis de un proceso industrial de este tipo, en particular los que favorecieron la acumulación de capital por parte de algunas familias y la reinversión

en la formación de sistemas productivos especializados en el procesamiento de carne de cerdo. Se basa principalmente en la literatura existente sobre el tema, enfatizando que la aparición y estructuración de refrigeradores se debe principalmente a los descendientes de italianos, cuyas familias, inicialmente compusieron los asentamientos agrícolas y gradualmente emprendieron el comercio y el capital acumulado, lo que les permitió también invertir en la industria de refrigeración.

Palabras clave: Refrigeradores, pequeña agricultura, Santa Catarina.

Introdução

A industrialização brasileira foi assaz tardia e, nos anos 1930, o país ainda possuía uma economia essencialmente atrelada ao setor agrário, capitaneada pela produção cafeeira. Nas primeiras décadas do século XX, em particular com os efeitos provocados pela I Guerra, pela crise econômica de 1929 e seus reflexos sobre o mercado cafeeiro, além da chegada de Vargas ao poder, ocorreu um processo de “substituição de importações”. Entre os efeitos internos, conforme foi evidenciado em estudo do CEAG (1980, p. 167), a demanda de alimentícios do centro do país estimulou e criou as condições para o crescimento da produção agroindustrial no Sul. Para Brum (1991, p. 86), esse cenário nacional permitiu iniciar a “ruptura com o passado colonial e a decolagem do processo de industrialização do país”. Nesse panorama surge e se expande a indústria de processamento de carnes do Oeste catarinense.

Por “Oeste catarinense”, no âmbito desse estudo, considera-se toda a região que passou a pertencer a Santa Catarina a partir do acordo interestadual de 1916, ou seja, região que abrange desde o Vale do rio do Peixe à divisa com a Argentina, fundamentalmente os territórios dos antigos municípios de Cruzeiro e Chapecó, criados em 1917, considerando que vários frigoríficos surgiram nesta região, principalmente próximos à ferrovia São Paulo-Rio Grande, à margem esquerda desse rio.

Na atualidade, o Oeste catarinense abriga diversas grandes agroindústrias, surgidas principalmente entre as décadas de 1940 e 1960. Entre elas estão algumas que, já nos anos 1970-1980, por várias razões, figuravam como empresas grandes e modernas, tendo em vista seu significativo crescimento, o uso frequente de novas tecnologias, a forma de se relacionar com os fornecedores de matéria-prima, a utilização do sistema de integração entre a indústria e os agricultores, pela relação que estabeleceram com o mercado, dentre outros fatores.

Acerca desse processo, destaca Dalla Costa (1993, p. 39-42) que nos anos 1980 havia sete grandes frigoríficos de suínos e aves nessa região de Santa Catarina, os quais também apareciam entre os 23 maiores do Brasil. A Sadiaⁱⁱ e a Perdigãoⁱⁱⁱ eram as duas maiores empresas

brasileiras do setor de carnes, tornando o estado de Santa Catarina uma referência no cenário nacional. Essa configuração foi se delineando sobretudo na década de 1970, quando essas empresas incorporaram várias outras de menor porte e diversificaram suas atividades, seja pela industrialização de suínos, aves, rações, óleo de soja e outros produtos. Tal aspecto também foi evidenciado por Amador (2015, p. 104), ao destacar que a expansão deste modelo fez emergir grandes conglomerados econômicos, ligados à indústria de suínos e de aves.

Recentemente, em 2013, Sadia e Perdigão fundiram-se e formaram a BRF Brasil Foods, passando a ser uma das maiores agroindústrias do mundo, responsável pela industrialização e exportação de parcela significativa de produtos desse segmento. Referindo-se ao caso do Oeste catarinense, Kroth (2016, p. 129-130 e 135) destaca que o setor agroindustrial, em especial o de carnes e de lácteos, “concentrava em 2013, 71,5% da produção de suínos, 66% de frangos e 73,6% de leite do estado e cerca de 12,2%, 7,7% e 6,3% da produção nacional, respectivamente.” Isso faz de Santa Catarina um dos maiores estados exportadores de carne suína e de frango do país, considerando que nessa região estão estabelecidas as grandes empresas processadoras de alimentos, um *cluster* com grande presença nacional e internacional. Referenciando estudos de Mior e de Alba, acrescenta-se que o próprio desenvolvimento socioeconômico dessa região se confunde com o da agropecuária e da agroindústria. Ainda, segundo Kroth, o modelo de produção aliado ao capital social existente, que centra a produção da matéria-prima em pequenas propriedades rurais, empregando mão de obra familiar, constitui-se no principal diferencial competitivo do segmento. Este sistema de integração consiste na verticalização da produção por tais empresas, que possuem alta capacidade de inovação tecnológica em todos os elos da cadeia produtiva.

A condição alcançada pela agroindústria passou por diferentes fases antes de chegar ao patamar que a coloca entre as mais avançadas da América Latina e do mundo. O propósito deste estudo, no entanto, é o de caracterizar a primeira fase desse processo^{iv}, situando-a no contexto da colonização do Oeste de Santa Catarina e, também, relacionando-a ao lastro cultural dos ítalo. Além disso, evidenciar que, aliado às características de ocupação do território, centradas na propriedade agrícola de âmbito familiar e da policultura, a indústria frigorífica estabeleceu estreita relação com a matriz produtiva que se consolidou na região, exercendo expressivo impacto no processo de expansão capitalista. Destarte, o foco deste estudo se concentrará nas primeiras décadas de sua edificação, dos anos 1940 a 1960, período que, segundo Testa e outros (1996, p. 311), “foi marcado por uma relativa convergência de interesses do setor agroindustrial com os produtores familiares”. Salienta-se que nessa fase um conjunto de situações favoreceu o surgimento industrial, em especial ligadas às características da colonização agrícola e pelo

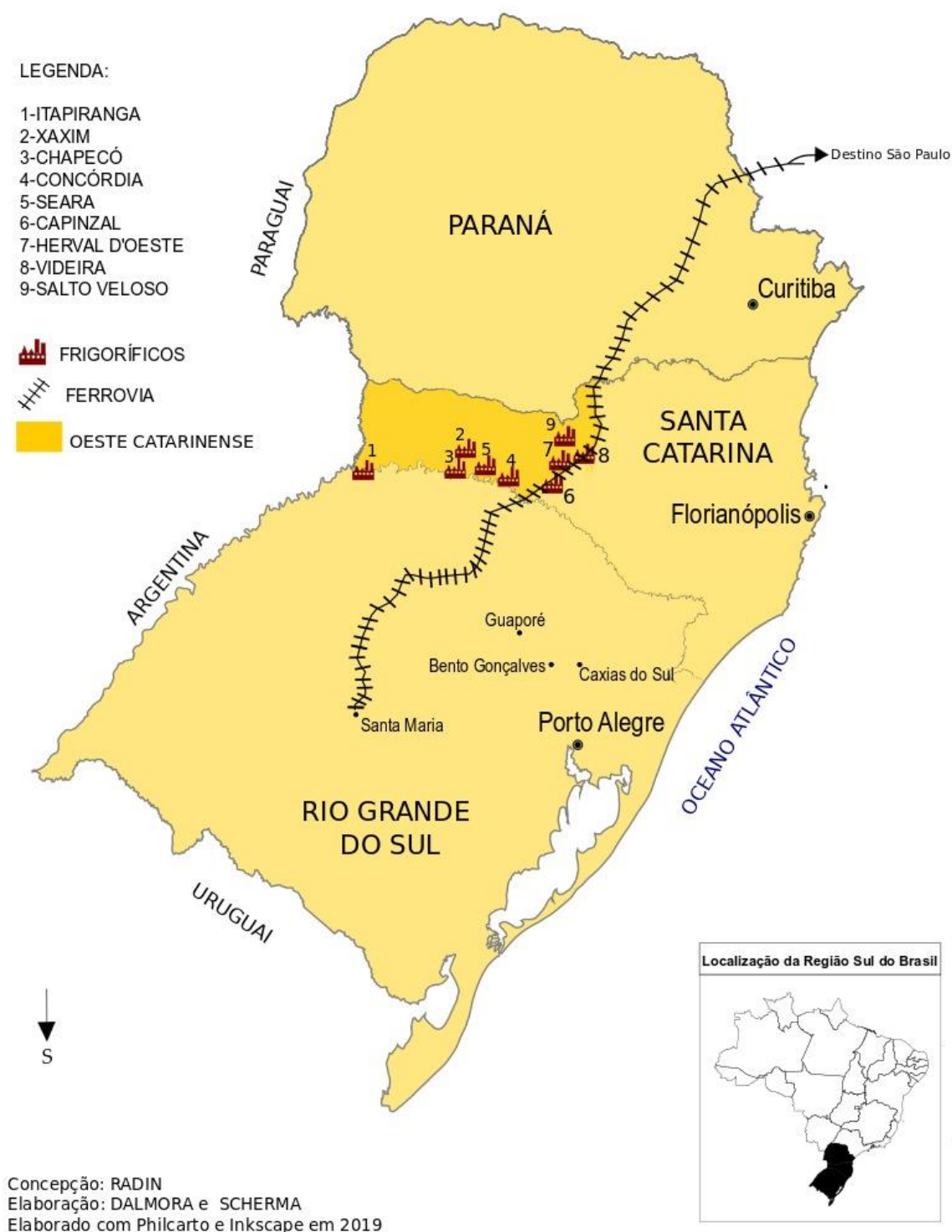
assentamento de um considerável número de colonos na região. Trata-se de um processo de colonização com características peculiares, diferente daquele em que os imigrantes serviram de mão de obra em fazendas rurais ou nos espaços urbanos em que buscavam emprego.

Reportando-se à essa experiência de territorialização agrária por assentamentos de imigrantes, como as do Sul do Brasil, Franzina (2014, p. 6) manifesta-se no sentido de que ela contribuiu para marginalizar populações menos favorecidas, como os afro-americanos e indígenas, brancos pobres e quase todos os caboclos. Esses grupos protagonizaram revoltas populares, entre elas a Guerra do Contestado (1912-1916). Por outro lado, tais áreas se constituíram em *“parziale premessa di una successiva espansione delle industrie datasi lungo la prima metà del Novecento anche lontano dalla metropoli di San Paolo nonché il progressivo affermarsi in molte zone nevralgiche e oggi fra le più ricche del paese”*^v. Acrescenta que, nesse processo, os ítalo-descendentes se destacaram e se tornaram parte integrante ou mesmo dominante das classes brasileiras de poder.

Vários estudos já se ocuparam da agroindústria no Oeste catarinense, abordando em especial sua formação e impacto na região, as estratégias utilizadas para construir sua hegemonia, seu significado no cenário regional e nacional, entre outros. No entanto, pouca ênfase mereceu o aspecto cultural ligado à imigração italiana, presente na sua gênese. Chama atenção o fato de que a maioria dos que lideraram a constituição de tais empresas seja descendente de imigrantes, dentre eles figuram: Attilio Fontana, Saul Brandalise, Ângelo Ponzoni, Attilio Saule Pagnoncelli, João Cantú, Albino Giacomini, Luiz Dall’Oglio, Biágio Aurélio Paludo, Andréa Antonio Marafon, Aury Bodanese e Plínio Arlindo De Nês.

O surgimento dos frigoríficos no Oeste catarinense, bem como sua consolidação, insere-se num modelo de colonização regional, centrado no assentamento de colonos em pequenas propriedades agrícolas, em áreas que o poder público considerava “demograficamente vazias”, embora se tratassem de áreas historicamente ocupadas por populações nativas, as quais foram marginalizadas em decorrência do conflituoso avanço da colonização. Assim, o fenômeno será melhor compreendido se analisado no bojo desse processo de (re)ocupação territorial, que se consolidou entre os anos de 1920 a 1960, em grande parte protagonizado por descendentes de italianos, alemães e poloneses, sobretudo procedentes das primeiras áreas de colonização gaúchas.

LOCALIZAÇÃO DAS UNIDADES FRIGORÍFICAS ENTRE 1940-1960, REGIÃO SUL, BRASIL



MAPA: Localização dos Frigoríficos (1940-1960)

Oeste catarinense fronteira agrícola

A partir da emancipação política do Brasil (1822) difundiram-se experiências de colonização, principalmente com alemães, italianos e poloneses. Na região Sul esses imigrantes foram dirigidos a assentamentos agrícolas com propósito de, pela colonização, diversificar a produção e intensificar a ocupação do espaço, tendo em vista o cenário de disputas e de indefinições em relação às fronteiras.

Nesse contexto consolidaram-se os assentamentos de imigrantes, sobretudo nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Em tais projetos, o ingresso mais significativo de italianos ocorreu de 1875 até o advento da I Guerra, enquanto seus descendentes tiveram marcante presença na ocupação de outras áreas sulinas, como as do Oeste catarinense. Assim, a difusão dessas experiências constituiu-se em estratégia de governos brasileiros para conferir um maior controle sobre o território, em regra qualificado como “vazio” ou “desocupado”. Considerando as dimensões desses projetos, a estratégia pública brasileira foi caracterizada por Romanato (2018, p. 30) como “*un esperimento di ingegneria sociale senza precedenti*”. O imigrante que ocupou esses espaços, como ressaltou Santin (1990), alimentava “o sonho da propriedade e na absoluta confiança na sua força de trabalho”. Ao analisar as diferentes óticas da exaltação ao trabalho, Carmo (2005, p. 17) destaca a do imigrante, segundo a qual ele “se orgulha de ter chegado ao novo país sem nada e de ter conseguido tudo à custa do seu trabalho intensivo”.

Ressalta-se, no entanto, que a concretização de muitas conquistas dos imigrantes está intimamente vinculada às políticas públicas de governos brasileiros, especialmente ligadas ao acesso à terra e auxílios para a sua chegada ao país. Por outro lado, há que se destacar que esse binômio, “terra-trabalho”, nos assentamentos agrícolas, constitui-se no pilar a partir do qual se permitiu alcançar a garantia da produção de sua subsistência e conforto.

Quando consideradas as características predominantes da conquista do território brasileiro, amplamente abalizadas pelo latifúndio, do ponto de vista agrário e social, são emblemáticas as experiências de assentamentos agrícolas, principalmente no Sul do país, as quais se distinguem das moldadas pelos tradicionais interesses das oligarquias agrárias. Os ciclos do açúcar, da mineração, da pecuária, entre outros, são exemplos de exploração largamente predatória e de herança socioambiental marcadamente perversa. As áreas dos assentamentos, em que pese sua relação também predatória com o ambiente e a marginalização das populações nativas provocada pelo avanço do processo, aparecem entre as de melhor índice de desenvolvimento humano, evidenciando ser um experimento que produziu um padrão socialmente mais justo, também resultante de políticas públicas. Esse aspecto reforça o

significado de se refletir acerca das formas de organização do sistema produtivo, considerando que costuma merecer muito mais atenção aquilo que não interessa à maioria da sociedade ou àquilo que não se quer, e muito menos em relação ao que é desejável, possível ou que poderia servir de parâmetro para definição de políticas públicas de desenvolvimento.

O início do século XX foi particularmente agitado no Oeste catarinense, tendo em vista a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, concluída em 1911, a Guerra do Contestado (1912-1916)^{vi} e as disputas em torno do acordo de limites entre Paraná e Santa Catarina. A esse cenário somava-se o intenso processo de apropriação privada da terra, sobretudo aquela considerada “devoluta”. Nesse panorama a colonização se iniciou e se intensificou na área do antigo “território Contestado”, consolidando-se nos anos de 1960. Reproduzia-se o modelo das primeiras experiências, em pequenos lotes agrícolas, constituídos em unidades produtivas familiares. Salienta-se que, nesse período, a região recebeu aproximadamente 250.000 migrantes (SUDESUL, 1975), que partiram dos primeiros assentamentos de imigrantes, o que demonstra o significado desse fenômeno.

Esse modelo peculiar, condicionado pela colonização, fazia com que a produção tivesse como propósito principal a subsistência da própria família, tornando-se comum nesses espaços o cultivo de legumes e de cereais, o pomar, a criação de animais, como bovinos, suínos e aves, situação que, segundo De Boni e Costa (2011, p. 169), constituía uma “cosmovisão rural” para tais famílias. Associado à produção da subsistência havia um conjunto de outras necessidades que compelia à produção de excedentes e, gradativamente, dinamizava a economia, em especial o comércio local. Este, por sua vez, retroalimentava a produção de excedentes nas propriedades, mormente a partir do momento em que passa a intensificar a comercialização de suínos para outras regiões e a industrialização local.

Ao abordar a formação socioeconômica do Oeste catarinense, Corazza (2016, p. 59 e 66-67) salienta que ela “resulta de um longo e peculiar processo histórico, cujo traço principal talvez tenha sido seu longo isolamento e a sua tardia incorporação à economia nacional”. Acrescenta que a ferrovia construída na região, além do motivo estratégico de ocupação do território de fronteira, servia ao propósito da integração da economia nacional, tendo em vista sua fragmentação no período. Um estudo do CEAG (1980, p. 190-191) também assinala que a ocupação dessa fronteira agrícola cumpria a função de integrar Santa Catarina ao mercado nacional e, a forma como ocorreu, favoreceu o surgimento da indústria de equipamentos agrícolas, impulsionando a exploração do trigo, do milho e da suinocultura.

Consideradas as múltiplas dimensões socioculturais que se produzem, os processos migratórios favorecem reelaborações na vida das pessoas e dos diferentes grupos, mudando ou

conservando hábitos estruturantes da vida. No contexto da colonização do Oeste catarinense, por exemplo, a “criação de porcos soltos” já era praxe das populações caboclas. Os migrantes se adequaram a essa prática, aproveitando principalmente a abundância de frutas silvestres para o seu trato, o que provocava sazonalidade na oferta, ao menos no período inicial da colonização. Entre os italianos era costume a criação de animais, como suínos e aves, para o provimento das necessidades da subsistência. Além disso, também migraram outros saberes artesanais, técnicos e de iniciativa empreendedora, os quais perpassam as relações de produção que emergiram do processo e que estão na gênese e consolidação da indústria frigorífica.

O hábito do consumo de carne suína na Europa, como evidencia Franco Jr. (1988, 66ss), era comum desde a Idade Média. Diferentemente do gado e das ovelhas, que forneciam leite e lã aos criadores, o suíno necessitava de menos espaço para a criação, porém só tinha utilidade morto, o que favorecia seu consumo como alimento.

Sempre foi prática comum a criação de suínos para o consumo familiar nas áreas dos assentamentos de imigrantes. Tal característica podia ser percebida inclusive na publicidade de venda das terras da região^{vii}, na qual se destacava que elas “se prestam bem para a criação de porcos, podendo ser criados milhares só com pinhão, butiá, imbuías e outros frutos silvestres”. Mensagem com teor semelhante é observada em outra propaganda, ao se destacar que:

In tutte le nostre colonie le terre sono fertilissime e producono gli stessi frutti come nel Rio Grande del Sud o cioè: granoturco (milho), fagioli, tabacco, erba medica (alfafa), frumento, segola, orzo, avena, patate, vino e frutta di tutte le specie, **essendo specialmente importante l'allevamento dei porchi**, la cultura della erba medica (alfafa) e de vigneti, dato che questi prodotti sono facile e lucrosamente vendibili nei mercati di São Paulo e Rio de Janeiro e costa pochissimo il loro trasporto per ferrovia.^{viii}

A criação de suínos também marcou o processo de colonização do Oeste catarinense, principalmente nas áreas mais próximas da ferrovia, que servia para seu escoadouro. Como destacou Queiroz (1967, p. 11), após a sua construção, o avanço da colonização desenvolveu a agricultura, a indústria da madeira, da erva-mate e da pecuária, principalmente a de suínos. Por sua vez, Ettiene Silva (1983, p. 76) salienta que, nos anos 1930, a colonização se encontrava em plena dinâmica e que nas pequenas propriedades o “binômio milho/suíno” caracterizava a região como grande fornecedora de alimentos. Nesse contexto, também chama a atenção um conjunto de artigos publicados num jornal local, assinados por um técnico do Ministério da Agricultura^{ix}, nos quais procurava alertar os agricultores do vale do rio do Peixe acerca das potencialidades que a região teria. O autor asseverava que os colonos deveriam entender que as riquezas eram por ele “arrancadas da terra”, que não caíam do céu. “Uni-vos e remetei a vossa produção *diretamente*

aos que dela necessitam. Tendes porcos vivos? Uni-vos, e crescerão, fábricas de banha, refinarias, fábricas de salsichas, salames, presuntos, fábricas *vossas*.”

A percepção do representante do poder público, assim como de parte significativa da intelectualidade brasileira^x, era de que as áreas do interior do país, como as do Oeste Catarinense, fossem transformadas em “espaços de progresso”. Isso significava expandir a civilização para difundir as práticas capitalistas que promovessem a exploração dos recursos naturais, estimulassem as atividades agrícolas e promovessem a gradativa industrialização do país. Os registros da viagem do Governador Konder à região, em 1929, feitos por Ferreira da Costa (1929) e D’Eça (1992), são emblemáticos no sentido de expressar o anseio quanto ao aproveitamento econômico desses territórios.

Conforme foi corroborado no estudo do CEAG (1980, p. 58), a criação de suínos está diretamente vinculada à história do desenvolvimento da agricultura no Brasil. Ligou-se ao processo de colonização do território nacional, com maior concentração no Sul, influenciada pela colonização de imigrantes alemães e italianos. Foi nessa região que a partir da década de 1950 também se iniciou o melhoramento genético com a introdução de raças como a "Landrace, Large White, Duroc e, em menor escala Hampshire, Wessex e Pietrain". Os efeitos dessas iniciativas logo se fizeram sentir na ampliação qualidade e quantidade dos plantéis. Reportando-se ao rebanho de suínos brasileiro de meados dos anos 1960, destaca Lobo (Apud ESPINDOLA, 1996, p. 118-119) ser o quarto maior do mundo, com aproximadamente 53 milhões de cabeças, das quais 5,3 milhões estavam em Santa Catarina.

A prática de tal atividade tem íntima relação com o modelo de colonização dessa fronteira agrícola, predominantemente de pequena propriedade. Foi nesse cenário que alguns pequenos comerciantes acumularam capital e se fortaleceram de tal modo que puderam investir na indústria de processamento de carnes suínas e de aves. Entre esses comerciantes também estavam os que vendiam madeira, inicialmente apenas as toras retiradas do ambiente, que nos períodos de cheias do rio Uruguai eram remetidas aos mercados argentinos. A exploração intensa desse lastro ambiental, que a natureza levou milhares de anos para produzir, também gerou recursos significativos para a região. Destarte, a formação e acumulação do capital comercial, assim como a característica básica do modelo de desenvolvimento do Oeste catarinense conforme Radin e Corazza (2018, p. 75-76 e 97) se centra na articulação orgânica das grandes indústrias de carnes, suínos, aves e leite, com a agricultura de escala familiar. Nela criaram-se as condições que permitiram a articulação da produção agrícola com a indústria frigorífica. Desse modo, a formação e acumulação do capital comercial foi possível a partir da agricultura familiar, especialmente através da criação e comercialização de suínos, permitindo a transformação em capital

industrial e se constituindo a base para o processo de expansão capitalista da região. A criação foi gradualmente deixando de ter apenas caráter de subsistência dos colonos, para se transformar em atividade comercial dominante, chegando a consolidar-se como principal objetivo da produção de valor comercial, capaz de gerar renda excedente.

Perfil dos empreendedores

As trajetórias dos ítalo-descendentes que protagonizaram o surgimento de diversos frigoríficos apresentam vários aspectos semelhantes, tais como: raízes nos assentamentos agrícolas foram pequenos comerciantes, madeireiros e, gradativamente, empreenderam na indústria. Ao registrarem certo acúmulo de capital, tendiam a reinvesti-lo na produção. Este aspecto é significativo, em especial se for considerado que nas fases posteriores e, principalmente, na atualidade, o capital especulativo, não raro, é predominante, distanciando sua relação com a produção. Em grande medida esses empresários, de raiz camponesa, conviveram com a herança e influência de diferentes tipos de artesãos, o que contribuiu para a dinamização do sistema produtivo regional. Esse era o caso do abate de suínos e do processamento artesanal dos subprodutos pelas próprias famílias. Outro aspecto que os caracteriza foi o envolvimento com a política, seja em espaços locais, como vereadores ou prefeitos, ou sendo mandatários de cargos executivos e legislativos, estaduais e nacionais, do que se deduz que muitas políticas públicas foram criadas para favorecer o segmento da indústria de carnes. Assim, com o propósito de melhor compreender o cenário que envolveu o surgimento dos frigoríficos, entende-se imperativo descrever algumas características das trajetórias familiares dos empresários que lideraram tal processo.

Tabela: **Frigoríficos do Oeste Catarinense e seu Fundadores.**^{xi}

Frigorífico	Ano	Município	Fundador(es)
Indústrias Reunidas Ouro S.A.	‘1940’	Capinzal	DAMBRÓS, Bortolo SAVENHAGO, Luiz CAMPIONI, Vicente
Luiz Dall’Oglio & Filhos	‘1940’	Herval D’Oeste	DALL’OGLIO, Luiz
Frigorífico Diadema: André Lunardi & Cia.	‘1940’	Xaxim	LUNARDI, André
Perdigão S.A. Indústria e Comércio	1940	Videira	BRANDALISE, Saul PONZONI, Ângelo
Comércio e Indústria Saulle Pagnoncelli	1942	Herval D’Oeste	PAGNONCELLI, Attilio Saulle
Sadia Concórdia S.A.	1944	Concórdia	FONTANA, Attilio

S.A. Indústria e Comércio Chapecó (SAIC – Frigorífico Chapecó)	1952	Chapecó	DE NÊS, Plínio Arlindo
Frigorífico Seara	1956	Seara	PALUDO, Biágio Aurélio
INCOMASA – Indústria e Comércio Marafon S.A.	1956	Chapecó	MARAFON, Andrea Antonio
UNIFRICO S. A. Ind. e Com.	1963	Salto Veloso	CANTÚ, João Domingos GIACOMINI, Albino
S.A. Frigorífico Itapiranga – SAFRITA	1962	Itapiranga	KLAGENBERG, Jacob Loterio ^{xii}
Cooperativa Central Oeste Catarinense – COOPERCENTRAL	1969	Chapecó	BODANESE, Aury Luiz ^{xiii}

Originária de Foza, Vicenza, a família Lunardi emigrou ao Rio Grande do Sul em 1887, onde obteve lotes agrícolas, trabalhou na agricultura e foi precursora do comércio em Fagundes Varela (RS). Na sequência adquiriu uma casa de comércio próxima à ferrovia, em Gaurama-RS, através da qual também fazia compra cereais revendendo-os em Porto Alegre. Posteriormente os Lunardi atravessaram a fronteira e atuaram em Xaxim-SC, onde em 1936 foi criada a empresa André Lunardi & Cia Ltda., pelos irmãos André, Giacomo e Domingos, uma sociedade de comércio que operava em vários ramos, entre eles a industrialização e comercialização de madeira e a construção de um abatedouro, que se transformou no Frigorífico Diadema. Nos anos 1940, no início de suas atividades, mesmo que as práticas no abatedouro fossem bastante artesanais, os produtos eram enviados por transporte ferroviário a partir da estação de Herval d'Oeste-SC e vendidos no mercado paulista. Em 1963 o frigorífico foi adquirido pela S.A. Indústria e Comércio Chapecó, dirigido por Plínio Arlindo De Nês (Cfe. SILVESTRIN, 2002). Os Lunardi tiveram atuação marcante na política de Xaxim, sendo dessa família o primeiro prefeito nomeado e o primeiro eleito do município.

Plínio Arlindo De Nês, nascido em Encantado-RS, liderou o processo de criação da S.A. Indústria e Comércio Chapecó - SAIC, da qual foi por longo tempo seu Diretor-presidente, tendo como principais consortes de diretoria, Egydio Lunardi, Jacob Gisi, Derly de Camargo Martins, Ricieri Ortigara e Raymundo Bervian. Em 1955, quando iniciou as atividades, três anos após a fundação, o frigorífico Chapecó já contava com 10.000m² de área construída e equipada com maquinaria para a industrialização de suínos. No mesmo ano a empresa abriu filial em São Paulo, e no ano de 1962 em Xaxim e mais tarde, em 1968, um escritório de vendas no Rio de Janeiro. Criada com o objetivo de “industrializar e comercializar produtos derivados de suínos”, a empresa foi formada por um grupo de acionistas, empresários de diferentes áreas e políticos de expressão estadual, como os governadores Irineu Bornhausen e Aderbal Ramos da Silva. A liderança exercida nesse processo favoreceu De Nês a atuar também na política, sendo vereador e Prefeito de Chapecó, Deputado estadual e Secretário de Estado.^{xiv}

Os Marafon emigraram de Padova para Nova Bassano-RS. Em 1936 Andrea Antônio Marafon se transferiu para Concórdia-SC, onde teve casa comercial e um pequeno abatedouro de suínos. Em 1949 mudou-se para Chapecó, local em que possuía uma área de herança em terras de mais de 8.000 hectares, também para atuar como comerciante. Foi o principal responsável pela implantação do frigorífico “Indústria e comércio Marafon S.A.”, com a marca de produtos “Aurora”, sendo Andrea, os filhos e Gentil Belani os principais acionistas da empresa. Iniciou de forma tímida, abatendo de 5 a 10 suínos por dia, mas dada a aceitação dos seus produtos, ampliou a capacidade para abater 200 animais por dia. Mais tarde, após a morte de Andrea, quando se encontrava em condição de falência, a empresa foi adquirida pela Cooperativa Central Oeste Catarinense, servindo de base para as atividades da Coopercentral. (Cfe. ÁLBUM, 1967).

Em 1878 a família Bodanese emigrou de Conegliano, Treviso, para Bento Gonçalves-RS, nas áreas de assentamento de imigrantes e depois para no Norte do estado. Aury Luiz estudou até os 12 anos, quando teria sido expulso do Colégio Marista por não ter “afinidade com os livros”. A partir de então, trabalhou na loja da família, adquiria produtos agrícolas e os levava de caminhão até Porto Alegre, onde eram revendidos ou trocados por mercadorias para a loja. Devido à concorrência, os Bodanese optam por atravessar a fronteira do estado, instalando-se em Alto da Serra, no interior de Chapecó. A partir de 1954, como motorista de caminhão, fazia com frequência a rota Chapecó-São Paulo-Rio de Janeiro, de onde trazia diversas mercadorias, tais como: máquinas de costura, aparelhos de rádio, tecidos, confecções, sal e açúcar. O ano de 1969 marca a consolidação de sua liderança no processo de criação da Cooperativa Central Oeste Catarinense - Coopercentral, formada a partir de um *pool* de pequenas cooperativas, ato que foi considerado “um exemplo do cooperativismo nacional” e Aury, como liderança cooperativista, qualificado como “o Xerife do Oeste”. Em 1969 esta cooperativa adquiriu o frigorífico Marafon, passando a impulsionar a industrialização de suínos.^{xv}

No Álbum de Família de Biagio Aurélio Paludo (1985) encontram-se vários elementos da trajetória familiar, desde o contexto da partida de Treviso, até a criação do frigorífico Seara. Na Itália os Paludo trabalhavam como camponeses, ganhando “o suficiente para manter-se como miseráveis”. No ano de 1888 emigraram em um grupo de 29 pessoas, entre pais, filhos, sobrinhos, genros e noras, vindo a instalar-se provisoriamente em Bento Gonçalves e depois em Cotiporã-RS. Em 1920 a família de Biagio mudou-se para Santa Catarina, fixando-se no interior de Seara, onde construiu um pequeno moinho para processar milho e trigo e uma pequena serraria. Biagio narra sua relação com o trabalho como agricultor, no moinho e na serraria da família, como arrastador de toras que formavam as balsas, que através do rio Uruguai eram exportadas para a Argentina, para onde fez sua primeira viagem como balseiro, aos 16 anos. Isso o levou a atuar

também na comercialização de madeira. A partir de 1935 adquiriu e atuou com casas comerciais na região e, em 1948, iniciou a construção de um moinho de trigo e milho, concluído em 1951, atividade que foi expandida para São Francisco do Sul, no litoral catarinense. Em 1956, dois anos após ter sido eleito o primeiro prefeito de Seara, liderou o processo de fundação do frigorífico, reunindo o capital necessário para sua construção e funcionamento. Quando a empresa efetivamente iniciou suas atividades, em 1959, também abriu uma filial em São Paulo, onde os filhos estudavam e ao mesmo tempo “trabalhavam em frigorífico para adquirir experiência”. Na narrativa de Biagio também se observa que, a partir de então, teve preocupação com a melhora genética dos suínos da região, inclusive promovendo a importação de matrizes da Europa e dos Estados Unidos.

Já a Família Brandalise (RETRATO, 1982), emigrou da Província de Treviso e fixou-se em Guaporé-RS. Não tendo “vocação para agricultor”, Ricardo logo começou a viajar pelas col  nias negociando joias. Vendeu terras que possuía e adquiriu outras duas glebas, nas margens da ferrovia São Paulo-Rio-Grande, em Tangará-SC, por volta de 1923. Logo as negociou, investindo num moinho de cereais e numa “Loja de Secos e Molhados”. O pequeno comércio rapidamente se tornou referência da comunidade regional de ítalos, tanto para os negócios quanto para encontros informais. Além disso, para ampliar seus negócios, também vendia joias. Desde a mais tenra idade, Saul envolveu-se com as atividades comerciais do pai e, posteriormente assume a liderança das empresas da família. Por sua vez, os irmãos   ngelo e Pedro Ponzoni migraram das primeiras col  nias do Rio Grande do Sul, fixando-se próximo das estações em Tangará e de Pinheiro Preto, onde também iniciaram uma pequena casa comercial e um pequeno abatedouro de suínos. Entre os produtos que adquiriam dos agricultores estavam os suínos “tipo banha”. Os comerciantes Ponzoni e Brandalise se associaram em 1934, ampliando sobremaneira a área de atuação, abrangendo boa parte do vale do rio do Peixe, adquirindo suínos e vendendo-os em São Paulo. A sociedade lhes permitiu investir, além do próprio comércio, na produção de vinhos, em moinhos de trigo, em curtume e para se associar a um pequeno abatedouro, o qual se transformou na Perdigão S.A. Comércio e Indústria. A partir da década de 1940 a Perdigão teve crescimento significativo, conquistando mercado consumidor em São Paulo, para onde transportava seus produtos pela ferrovia e, a partir de 1957, também por via aérea, com um avião DC3.^{xvi}   ngelo Ponzoni foi mais um dos empresários que atuaram na política, tendo sido eleito como primeiro prefeito do município de Videira, em 1948.

Da cidade de Bergamo, na Itália, partiu Giovanni Saule Pagnoncelli, que juntamente com a esposa Vicenza emigraram a Feliz-RS e depois se estabeleceram em Erechim-RS, atuando no comércio e com o frigorífico Nobre, o qual mais tarde foi vendido para a Aurora. Nesses negócios

atuaram os dois filhos mais velhos, Ernesto e Giocondo. Por sua vez, Aquiles mudou-se para Marcelino Ramos-RS, onde operou com comércio e Atílio para Herval D'Oeste-SC. Já a partir de 1930 Atílio abatia os suínos com o propósito maior de obter a banha. Com o tempo, passou a salgar a carne para comercializá-la no centro do país. No início dos anos 1940 seu frigorífico, denominado Confiança, já estava bem estruturado e produzia uma série de embutidos, além de contar com um conjunto de empresas periféricas, necessárias para fazê-lo funcionar com autonomia, entre elas: serraria, funilaria, olarias, um moinho de trigo, ervateira e a usina hidrelétrica. Em 1980 foi adquirido pela Perdigão.

A família de Giovani Batista Dall'Oglio partiu de Cison de Valmarino-Treviso e emigrou para Bento Gonçalves, tendo sido precursora do comércio em Lajeado-RS. Após a transferência para a linha Itororó, no interior de Herval D'Oeste-SC, Luiz Dall'Oglio e os filhos criaram uma casa comercial, moinho para a industrialização de milho e trigo e um frigorífico, o qual foi posteriormente transferido para Barra Fria, na margem da ferrovia, para facilitar o transporte dos produtos. Como comerciante, adquiria diversos produtos agrícolas, entre os quais os suínos, que eram revendidos ou industrializados. Salienta-se que a empresa possuía geração própria de energia elétrica. A produção, em especial do frigorífico, também tinha como foco o mercado paulista, onde a empresa teve uma filial, na cidade de Sorocaba. Fechou as portas no final dos anos 1960, no contexto da crise política do país.^{xvii}

Por sua vez, os Cantú emigraram da Província de Bergamo e se estabeleceram como agricultores em Guaporé-RS. Já em Videira, a família de João Domingos Cantú trabalhou na agricultura, mas ele também atuou como sapateiro e num curtume. Mais tarde constituiu uma sociedade com os Zardo, ocasião em que sua Casa Comercial desenvolveu os mais diversos negócios com os agricultores, inclusive a compra de suínos, que eram revendidos ao frigorífico Perdigão ou comercializados em Ponta Grossa-PR e em São Paulo. Em 1963, João Domingos e Albino Giacomini, que havia migrado de Farroupilha-RS, lideraram a criação do “Unifrico S.A. Indústria e Comércio”, buscando acionistas na região. Devido à instabilidade política do país, a indústria foi concluída somente no final da década de 1960 e, anos mais tarde, foi adquirida pela Perdigão.^{xviii}

A Criação de um frigorífico em Capinzal^{xix} teve como principais idealizadores Bortolo Dambrós, Luiz Savenhago e Vicente Campioni. Seu surgimento foi um desdobramento da formação de uma cooperativa, fundada em 1937, em Ouro, então distrito de Joaçaba-SC. Iniciou com 232 associados, a maioria descendentes de italianos que haviam migrado da Serra Gaúcha. Tinha por objetivo a exploração da viticultura, no entanto, passou a abater e industrializar gado suíno e bovino, atividade que gradativamente passou a predominar. Isso levou a cooperativa a se

tornar em Sociedade Anônima, com o nome de Indústrias Reunidas Ouro S.A, sendo que o frigorífico fora construído na margem oposta do rio do Peixe, em Capinzal-SC, com o propósito de facilitar o transporte pela ferrovia. Em 1953 também construiu uma usina hidroelétrica. A empresa logo abriu uma filial na cidade de São Paulo, para onde era enviada grande parte dos produtos que industrializava. Em 1980 foi adquirida pela Perdigão.

Entre os empresários da indústria frigorífica a figura mais emblemática possivelmente seja a de Attilio Fontana.^{xx} Ele era filho de Romano e Thereza Dalle Rive, agricultores, naturais de Sarcedo, Vicenza, os quais, quatro meses depois do casamento, em 1888, emigraram para Silveira Martins-RS, atendendo “chamada de patrícios que os haviam precedido”. Attilio descreveu os pais como “ativos e infatigáveis”, que criaram atmosfera doméstica de “união e companheirismo” e sendo “o suporte moral de sua formação humana”. Do pai destaca ter herdado a “tenacidade e destemor com que se entregava ao trabalho” e da mãe a “coragem com que se comportava em qualquer situação”.

Em olhar retrospectivo, Fontana destaca que seu “espírito ativo e empreendedor, a semente do homem em que havia se transformado” decorria de um conjunto de situações que vivera desde cedo. Lembra uma primeira experiência, aos 8 anos, quando foi convidado a vender bolachas numa festa religiosa da comunidade: recebera 6 bolachas por 1 reis e vendia 5 delas por 1 reis, ganhando em torno de 20%, o que considerou “lucro razoável e legítimo”. Se autodefine como trabalhador incansável: “ao entrar nos 12 anos não sentia mais cansaço algum no trabalho”. Lembra que, nas ocasiões em que acompanhava o irmão à pequena cidade para a venda de alfafa cultivada pela família, comercializou ovos e galinhas e fez outros pequenos negócios, sempre em acordo com o pai. Em que pese o vínculo com a vida do campo, teria desenvolvido cedo a inclinação para o comércio. (FONTANA, 1980, p. 15-19).

Aos 20 anos, logo que chegou à maioridade, Fontana mudou-se para Luzerna-SC, para onde os transportes seriam “bem mais fácieis do que em Santa Maria” e as terras eram consideradas mais produtivas. Caracterizou a região como fronteira da civilização, o que era pensamento corrente naquele período, não só pelos migrantes, mas também por autoridades e pela opinião pública. Tal entendimento se relaciona aos sentidos do termo fronteira propostos por Martins (2009, p. 9-11), segundo o qual ela podia ser um “cenário de intolerância, ambição e morte”, ou um “lugar da elaboração da esperança milenarista”, que simboliza o advento de um novo tempo de fartura ou, ainda, uma fronteira da civilização entre “quem é humano e quem não o é”. Essa perspectiva da fronteira está no estofo do processo de colonização da região aqui abordada. Ao mesmo tempo em que ele (FONTANA, 1980, p. 54) a descrevia como espaço de possibilidades, também a caracterizava como uma “zona infestada de maus elementos, criminosos de outras

regiões que nela se homiziavam”. Seria uma região “despovoada ou de recente início de colonização”, o que o levava a também andar armado, pois teria estado “próximo do faroeste catarinense, num quadro atemorizante”.

Aos 22 anos de idade Fontana faz sua primeira viagem a São Paulo, ocasião em que fez um acordo para fornecimento de alfafa aos Fuganti, comerciantes gaúchos estabelecidos na capital paulista. Os vários negócios logo lhe renderam economias suficientes para adquirir um pequeno hotel, transformado em casa de comércio, a qual era abastecida com mercadorias que adquiria em São Paulo. Sempre alimentou o propósito de se transformar em industrial e essa oportunidade surgiu em 1940 (Cfe. SADIA, 1994 e FONTANA, 1980)^{xxi}, quando ante a paralização de uma obra destinada a ser um moinho e um frigorífico de suínos, em Concórdia, recebera o convite para se tornar acionista e comandar o empreendimento.

O envolvimento com a atividade empresarial levou Fontana a ter intensa atuação na política, sendo vereador e prefeito de Concórdia, Deputado Federal e Senador da República, além de ocupante do cargo de Secretário da Agricultura de Santa Catarina. O envolvimento desses empresários na política favoreceu a rápida atuação corporativa, aspecto que foi destacado por Lima^{xxii} ao assinalar que a participação da elite local no cenário político buscava, sobretudo, barganhar demandas dos frigoríficos instalados nessas localidades. Também aponta o caso em que os empresários e ocupantes de cargos de governança, De Nês (Chapecó) e Fontana (Sadia), tentaram impedir a instalação da Cooperativa Central, a partir do Frigorífico Marafon, no final dos anos 1960. O espírito de corporação também é observado pelo ofício^{xxiii} enviado por alguns empresários a Irineu Bornhausen, governador de Santa Catarina, em 1953. No documento expressavam preocupação com uma determinação do governo do Rio Grande do Sul de proibir a saída de suínos vivos para fora do Estado, o que “estabeleceria uma rígida fronteira econômica entre dois estados federados”. Em face aos efeitos, especialmente sobre o preço da matéria-prima que teria “aumentado em 60-70%”, e tendo em vista que os paulistas também a disputavam no estado, propunham como uma medida de emergência “a proibição da saída de suínos vivos de Santa Catarina”. Além disso, destacavam que os frigoríficos eram obrigados a exportar a mercados como o de São Paulo, pois a população da região, “em decorrência do arraigado costume da pequena industrialização doméstica, tinha suprida suas necessidades de consumo de gordura e carnes”.

Como se demonstrou, o abate de suínos para consumo familiar fazia parte da cultura dessas comunidades, assim como o mercado de suínos era bastante disputado no Sudeste e no Sul do país em meados do século XX. Entre as reivindicações junto ao poder público, os industriais buscavam amparo e auxílios para proteger ou expandir seus negócios. Na Mensagem à

Assembleia Legislativa de 1954, o governador Irineu Bornhausen^{xxiv} destacava que estaria “carinhosamente” prestando assistência à agricultura. Asseverava ser a indústria de produtos suínos a mais significativa do ramo de alimentos e que, com as melhorias que se faziam, em breve o estado teria matéria-prima de alto rendimento. “Ao mesmo tempo em que a indústria se beneficia com esse melhoramento, a suinocultura eleva a sua renda, por estar em condições de produzir suínos de maior valor com as mesmas despesas com que criava os animais não selecionados.” Lembre-se que, nesse interim, o governador Bornhausen era sócio do Frigorífico SAIC, de Chapecó, assim como seu antecessor, Aderbal Ramos da Silva.

Mesmo se tratando de pequenas empresas constituídas sobretudo por capitais locais ou regionais, desde muito cedo, a partir de meados do século passado, observa-se que vários desses empresários tinham como propósito o melhoramento genético do plantel de suínos, a inovação tecnológica dos frigoríficos e o cuidado para se estabelecer em outros mercados consumidores, como o de São Paulo. Tais práticas estão entre os fatores que favoreceram o maior crescimento de algumas empresas, o que também lhes permitiu incorporar outras.

Contexto de modernização

Os anos 1940-1960 marcam o período de estabelecimento de vários frigoríficos, suplantando a fase mais artesanal do processamento de carnes, bem como foi superada a fase de venda dos suínos vivos para o mercado paulista. A ferrovia, como moderno meio de transporte, favoreceu o surgimento da agroindústria na região, num contexto em que no Brasil também se faziam sentir os efeitos das políticas desenvolvimentistas do Governo Vargas, da modernização da agricultura, da ampliação do parque industrial, além de se acelerar o processo de urbanização, que por sua vez aumentava a demanda por alimento. Assim, os emergentes frigoríficos catarinenses buscavam conquistar o mercado de São Paulo, tendo em vista que, por volta de 1950, a metrópole possuía aproximadamente 2,5 milhões de habitantes. Também por isso tendiam a abrir filiais naquela cidade e no seu entorno, ou criavam infraestrutura para distribuição e vendas de seus produtos. Nesse contexto, com o propósito de abreviar o tempo para o transporte, procurando tirar proveito das demandas do mercado paulista, o frigorífico Sadia (FONTANA, 1980, p. 199), em 1956, alugou um avião DC3 e, em seguida, criou sua própria empresa, a “Sadia S.A. Transportes Aéreos”.

O ano de 1956 também marca a criação pelo Governo do estado, da Associação de

Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC), que se propunha a difundir as ideias da modernização da agricultura, justificadas pela necessidade de promover o desenvolvimento rural, através da difusão de novas tecnologias agrícolas, de fertilizantes e de sementes híbridas. No mesmo sentido coloca-se a criação da Secretaria dos Negócios do Oeste, em 1963, pela qual foram viabilizadas várias obras de infraestrutura, como a rede de energia elétrica, a construção de estradas e a telefonia, obras que favoreceram o crescimento econômico da região.

Tais políticas estavam no bojo do processo desenvolvimentista e de modernização da agroindústria. Em Santa Catarina, conforme Goularti F., Almeida e Messias e Dalla Costa (1993), o desenvolvimento das forças produtivas e o processo de modernização foi favorecido pela assistência técnica prestada pelo Estado e pela maior oferta de crédito, com políticas públicas de financiamento, pois somente o Estado poderia dar o suporte aos grandes investimentos que se faziam necessários. Com isso, o Complexo Agroindustrial se tornou possível pelo “avanço de vários fatores capitalistas de produção na e para a agricultura, que cada vez mais vai sendo enquadrada na cadeia global da circulação do capital”. Tal expansão formaria a “era do *agribusiness*”, na qual todas as operações da produção passaram a ser controladas pelas empresas. Nesse sentido, também se colocaria a produção integrada, feita através de contrato entre a empresa e o agricultor, pela qual a indústria criava sua própria fonte de matérias-primas. Os acordos, antes informais, gradativamente foram se formalizando por contratos, nos quais se definia a relação de compra e venda dos animais, os preços e condições de pagamentos, entre outros. Nesse modelo de integração, conforme Belato (Apud AMADOR, 2015, p. 157), as agroindústrias passaram a controlar a produção agrícola e selecionar os produtores que formavam sua base. Isso se constituiu num dos segredos do sucesso do sistema de integração, ou seja, “a seleção dos camponeses que serão submetidos ao controle das empresas”.

A articulação entre a indústria frigorífica e a agricultura familiar foi uma das principais características no processo de transformação de carnes de suínos e aves. Como foi evidenciado no estudo de Radin e Corazza (2018, p. 17), “até a década de 1950 a capacidade produtiva dos frigoríficos dependia da capacidade de produção familiar de suínos”. Da influência tênue dessas empresas passou-se a interferir no processo pela oferta de matrizes e rações de melhor qualidade, o que mais tarde se constituiria na “integração da agricultura familiar com a indústria frigorífica, um primeiro passo importante para o desenvolvimento da agroindústria de carnes”.

A estruturação gradativa dos grandes complexos agroindustriais, a partir dos pequenos frigoríficos passou a condicionar profundamente a matriz produtiva regional. O estudo de Testa (1996, p. 45-46) reforça o entendimento de que em Santa Catarina a modernização encontrou um conjunto de características que a potencializaram, como a assistência técnica e as políticas

públicas de financiamento, além da “existência de uma produção familiar articulada, mesmo que informalmente, ao processo de agroindustrialização, especialmente na atividade suinícola”. Por sua vez Alba (2001, p. 302) destaca que a formação de um sistema de produção hegemônico na região, também determinou a estrutura urbana e principalmente a rural.

Assim, a matriz produtiva ligada à pequena propriedade, distintiva do processo de colonização em assentamentos agrícolas, foi gradativamente dominada e reordenada pela agroindústria. Se dos anos 1940 aos de 1960 a formação social capitalista se estruturou e consolidou ancorada no modelo de colonização, na década de 1970, no entender de Corazza (2016, p. 85), os complexos agroindustriais provocaram uma ruptura com o modelo anterior de organização familiar da propriedade e de produção de subsistência e integraram a região aos circuitos internacionais da produção, do comércio e das finanças capitalistas, integrando as atividades locais em cadeias globais. Com isso, as relações sociais mudaram da “solidariedade horizontal pela verticalidade das relações”, o que submeteu os trabalhadores à lógica exploradora do capital. “O aumento da competitividade destruiu antigas solidariedades horizontais e implantou a verticalidade nas relações de trabalho”.

Na primeira fase da indústria frigorífica a relação que os agricultores estabeleciam com as empresas se dava “de baixo pra cima”, ou seja, os produtores eram independentes, criavam os animais e vendiam aos frigoríficos. No início do sistema de produção integrada ainda havia certa convergência de interesses entre as agroindústrias e os agricultores. No entanto, concomitante ao avanço desse sistema, ocorreu a profissionalização dos colonos e a modificação radical do sistema produtivo familiar, passando a ser a relação “de cima pra baixo”, em que as agroindústrias impuseram um rígido controle em todas as fases. Esse ciclo se efetivou notadamente a partir dos anos 1970, ficando conhecido como modelo de integração de ciclo completo. Ao longo da primeira fase as agroindústrias aprimoraram não apenas o melhoramento genético, a forma de se relacionar com seus fornecedores de matéria-prima, a qualificação de trabalhadores, mas também e sobretudo o aspecto tecnológico, com o propósito de maximizar seus ganhos.

Nesse sentido, a autobiografia de Fontana (1980, p. 178) é bastante ilustrativa. Nela são descritas diversas situações mostrando a inquietação que possuía quanto à busca de aperfeiçoamento técnico, pela contratação de técnicos italianos, a aquisição de maquinário e de animais de boa genética, o conhecimento de experiências de outras empresas, entre outros, em especial nas viagens que fez ao exterior. Ao falar de sua primeira viagem à Itália, para comprar maquinários, destaca ter ficado tão bem impressionado com o que viu e observou que chegara “à conclusão de que para desenvolver e aperfeiçoar as nossas atividades industriais aqui no Brasil precisávamos mandar os nossos diretores e técnicos viajarem pelo exterior”. Nesse sentido,

ressalta nunca ter economizado recursos para a capacitação de seus funcionários técnicos, seja para congressos ou viagens de estudos aos Estados Unidos, à Europa e ao Japão.

A atenção com o melhoramento genético dos animais, a modernização tecnológica da agroindústria do Oeste catarinense, assim como de todos os seus processos andou concomitante à estruturação dos frigoríficos e, ao findar os anos 1960, já havia galgado um patamar expressivo, que colocava algumas empresas em condição privilegiada no cenário nacional. Decorreu de tal processo que algumas dessas empresas se impuseram, incorporando ou adquirindo outras, tendência que se aprofundou na fase seguinte.

Considerações finais

Os empresários que estiveram na gênese da indústria frigorífica do Oeste catarinense exibem perfis bastante peculiares e semelhantes. Foram sobretudo descendentes de imigrantes italianos, nascidos nas áreas dos primeiros assentados agrícolas do Rio Grande do Sul. Em geral, provenientes de famílias de agricultores que também praticaram o comércio, por meio das “Casas Comerciais”, seja naquelas áreas ou na região da nova fronteira agrícola, a partir dos anos 1920, em decorrência da expansão da colonização. O ato de migrar para a região, de alguma forma, era acompanhado da intenção de continuar ou iniciar a atividade comercial.

A prática do comércio antecedeu e criou as condições para a maioria dos empresários iniciarem a atividade frigorífica. Foi o comércio o principal responsável pela formação do capital. Predominaram as Casas Comerciais, que se notabilizaram pela venda dos mais variados produtos necessários à vida dos colonos, assim como pela aquisição dos cereais e de animais. A atividade comercial abrangeu também a intensa venda de terras e a industrialização e comercialização da madeira. Nesse sentido, os empresários da agroindústria souberam explorar o potencial produtivo das pequenas propriedades agrícolas, impulsionadoras do comércio e da indústria regional, responsáveis pela geração de boa parte do capital empregado no processo de industrialização.

A existência de uma via de transporte moderno, como era a ferrovia São Paulo-Rio Grande, além de impulsionar a conquista e colonização do território, também foi um dos fatores que condicionou o crescimento da agroindústria. Por ela se escoava boa parte da produção agrícola das áreas próximas, especialmente os suínos vivos, remetidos sobretudo para Curitiba e São Paulo e depois, gradativamente, passaram a ser industrializados na região. No período em análise, mesmo os frigoríficos mais afastados da ferrovia tinham como foco a venda aos principais

mercados urbanos, como o de São Paulo, utilizando-a para o transporte dos seus produtos. É simbólico o caso da Sadia, quando em 1956 a empresa alugou um avião e depois criou sua própria companhia aérea para facilitar o transporte. Tal prática também foi adotada pela Perdigão, em 1957, que também passou a transportar seus produtos com avião próprio.

O crescimento da agroindústria foi gradativamente impondo uma notória mudança na relação com os pequenos agricultores, fornecedores de matéria-prima, os quais foram perdendo sua autonomia pelo atrelamento das pequenas propriedades ao sistema de produção da empresa. A matriz produtiva da pequena propriedade rural, inicialmente focada na subsistência familiar, passou a ser reordenada e condicionada pela agroindústria. Além disso, esse segmento industrial foi aprimorando a genética dos animais, promoveu significativo crescimento tecnológico, tanto pela aquisição de maquinário moderno como pela capacitação de técnicos. O período também registrou políticas públicas que facilitaram o acesso ao crédito por parte das empresas, além da assistência técnica aos agricultores, favorecendo o crescimento e consolidação do segmento industrial.

Por fim, a ascensão econômica e social dos empresários ligados à indústria frigorífica também os levou à vida pública. Um número bastante significativo ocupou diferentes cargos, legislativos ou executivos, em vários municípios, no estado ou mesmo em âmbito nacional. Isso evidencia que eles buscavam ocupar esses espaços públicos, com o propósito também de favorecer o crescimento de suas empresas.

Referências

ALBA, Rosa S. *Cadernos do CEOM*. Ano 15, nº 14, UNOCHAPECO, dez./2001.

ÁLBUM do Cinquentenário de Chapecó. Documentário Histórico. Acervo: Centro de Memória do Oeste – CEOM. Chapecó. 1967.

AMADOR, Milton C. P. *A colonização na pequena propriedade familiar pelo descendente de imigrante e o desenvolvimento socioeconômico de Concórdia (1920 a 1960)*. Concórdia: Fundação Municipal de Cultura, 2015.

BRUM, Argemiro J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 10. ed. Petrópolis, Ijuí: Vozes, FIDENE, 1991.

CARMO, Paulo S. do. *A ideologia do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2005.

CEAG: Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina. *Evolução histórico-econômica de Santa Catarina: estudo das alterações estruturais*. Florianópolis: CEAG-SC, 1980.

CORAZZA, Gentil. Traços da formação Socioeconômica do Oeste Catarinense. In: CORAZZA, G.; RADIN, J. C. (Orgs.). *Fronteira Sul: ensaios socioeconômicos*. Florianópolis: Insular, 2016, p. 59-90.

D'EÇA, Othon. *Aos espanhóis confinantes*. Florianópolis: FCC, Fundação Banco do Brasil, UFSC, 1992.

DALLA COSTA, Armando J. *O Grupo Sadia e a Produção Integrada: o lugar do agricultor no complexo agroindustrial*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná (Dissertação História), 1993.

DE BONI, Luiz A.; COSTA, Rovilio. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. 4. ed. Ver. e Atual. Porto Alegre: EST Edições, 2011.

ESPINDOLA, Carlos J. *As agroindústrias do Oeste Catarinense: o caso Sadia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, (Dissertação Geografia), 1996.

FERREIRA DA COSTA, Arthur. *O Oeste catharinense: visões e sugestões de um excursionista*. Rio de Janeiro: Villas Boas & Cia, 1929.

FERREIRA, Antenor G. Z. *Concórdia: o rastro de sua história*. Concórdia: Fundação Municipal de Cultura, 1992.

FONTANA, Attilio. *História da minha vida*. Petrópolis: Vozes, 1980.

FRANCO, Jr. Hilário. *Cocanha: a história de um país imaginário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FRANZINA, Emilio. *La terra ritrovata: Storiografia e memoria della prima immigrazione italiana in Brasile*. Genova: Stefano Termanini Editore. 2014.

GOULARTI F., Alcides; ALMEIDA, A. Scholl; MESSIAS, Talita A. de. A trajetória da SUDESUL e as políticas de desenvolvimento regional para o sul do Brasil 1967-1990. In: *V Encontro de Economia Catarinense*. Florianópolis, 2011. http://www.apec.unesc.net/V_EEC/sessoes_tematicas/. 02 de julho de 2011. Acesso em 7/06/19.

KROTH, Darlan C. A Agroindústria do Oeste Catarinense e o Desenvolvimento Regional sustentável: os velhos e os novos desafios no novo século. In: CORAZZA, Gentil; RADIN, José Carlos (Orgs.). *Fronteira Sul: ensaios socioeconômicos*. Florianópolis: Insular, 2016, p. 129-162.

MARTINS, José S. *Fronteira: degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

PALUDO, Biagio Aurelio. *Álbum de Família*. Chapecó: Graftsel. 1985.

QUEIROZ, Alexandre M. de, et. Al. (Orgs.) *Álbum comemorativo do cinquentenário de Joaçaba*. 1967.

RADIN, J. C.; CORAZZA, G. “Formação de Capital” e “Modelo de Desenvolvimento”. *Dicionário histórico-social do Oeste catarinense*. 1. ed. Chapecó: Ed. Universidade Federal Fronteira Sul, 2018.

RETRATO de um Homem. Videira, SC: Perdigão S. A. Comércio e Indústria, 1982.

ROMANATO, G., In: ROMANATO, Giampaolo; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. *L'emigrazione italiana nel Rio Grande o Sul brasiliano (1875-1914)*. Consiglio Regionale del Veneto. Ravenna: Longo Editore Ravenna, 2018.

SADIA 50 anos: construindo uma história. São Paulo: Prêmio, 1994.

SANTIN Silvino. Dimensão social do trabalho e da propriedade do imigrante italiano na ex-colônia de Silveira Martins. In: De Boni, Luiz A. *A presença italiana no Brasil*. Vol. II, Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

SILVA, E. Apud SILVA, Rosangela Cavallazzi da. *Terras públicas e particulares: o impacto do capital estrangeiro sobre a institucionalização da propriedade privada (um estudo da "Brazil Railway Company" no Meio Oeste catarinense)*. (Dissertação Direito). Florianópolis, UFSC, 1983.

SILVESTRIN, Alvirio. *Lunadri (Tottari): uma história de Foza - Itália, Fagundes Varela (RS) e Xaxim (SC)*. Chapecó: A. Silvestrin, 2002.

SUDESUL - Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul. *O fenômeno migratório na Região Sul*. Porto Alegre: SUDESUL, 1975.

TESTA, Vilson M. et al. *O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense*. Florianópolis: Epagri, 1996.

Submetido em: 10/10/2019

Aprovado em: 29/11/2019

Publicado: 23/12/2019

Notas

ⁱ Doutor em História do Brasil pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Pós-Doutor em História no Dipartimento di Scienze Storiche Geografiche e Dell'Antichità, Universidade de Padova, Itália (2018). É Professor Associado e docente do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS, Chapecó-SC). E-mail: radin.jc@gmail.com

ⁱⁱ DALLA COSTA (1993, p. 34-35) destaca que a empresa teve forte expansão já nos anos 1950, quando se associou a capitais gaúchos e criou o Moinho da Lapa, em São Paulo, adquirindo mais tarde a totalidade do capital social. Nos anos 1960 expandiu a atividade frigorífica para o Paraná e São Paulo e, em 1974, para o Mato Grosso. Em 1971 iniciou a industrialização de perus e frangos, em Chapecó. Nesse contexto também fazia investimentos com alta linhagem de matrizes de suínos.

ⁱⁱⁱ Até o início dos anos 1980, a empresa adquiriu vários frigoríficos: Unifrico, de Salto Veloso, Pagnoncelli, de Herval D'Oeste, Indústrias Reunidas Ouro, de Capinzal e a Borella S.A. Indústria e Comércio, do Rio Grande do Sul, o que a constituiu num dos principais conglomerados agroindustriais, juntamente com a Sadia.

^{iv} Definiu-se, arbitrariamente, como 'primeira fase', o período entre as décadas de 1940 a 1960, mesmo sabendo que, nele, também seja possível diferenciar etapas. No entanto, esta divisão atende aos propósitos deste trabalho, que é o período do surgimento dessas empresas e dos primeiros passos de sua consolidação, no qual possuíam um controle majoritariamente familiar.

^v "premissa parcial de uma posterior expansão de indústrias que remontam à primeira metade do século XX, também distante da metrópole de São Paulo e da progressiva afirmação em muitas zonas nevrálgicas e hoje entre as mais ricas do país". Tradução livre do autor.

^{vi} Sobre a Guerra do Contestado e as disputas pelo território, ver: MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas: Editora Unicamp, 2004; VALENTINI, Delmir J. *Memórias da Lumber e da Guerra do Contestado*. Porto Alegre; Chapecó: Letra e Vida; UFFS, 2015.

^{vii} Cfe. “Colônia Irany Município de Cruzeiro - Estado de Santa Catarina, 2000 Colônias à Venda”. [Publicidade] *Jornal O Regional*. Caxias do Sul, 9/04/1927. A publicidade foi publicada, ao menos, entre 9/04/1927 até 05/11/1928, do Nº15 ao Nº43.

^{viii} *Correio Colonial*. “*Coloni Attenzione*”. Colonizadora Eberle, Mosele e Cia [Publicidade]. Caxias do Sul, 3/01/1926. Anno II, nº 1, p. 4. Grifo do autor. Em todas as nossas colônias as terras são muito férteis e produzem os mesmos frutos que no Rio Grande do Sul, ou seja, milho, feijão, tabaco, alfafa, trigo, cebola, cevada, aveia, batata, vinho e frutas de todas as espécies, sendo especialmente importante a criação de porcos, a cultura da alfafa e de vinhedos, uma vez que esses produtos são fáceis e lucrativamente vendidos nos mercados de São Paulo e do Rio de Janeiro e custa muito pouco o seu transporte pela ferrovia. (tradução livre do autor).

^{ix} CURTS, Valentim P.. Aos Lavradores do Vale do Rio do Peixe. *Jornal Cruzeiro*, 11/03/1934, p. 5. Grifos no original.

^x Isso foi demonstrado, entre outros por LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: UNESP, 1999.

^{xi} Tabela elaborada a partir da documentação pesquisada, de informações de familiares dos empresários e de DALLA COSTA, A. J. (1993); RADIN, J. C.; CORAZZA, 2018, p. 16-17. Algumas datas de início das atividades não são precisas, em especial referente aos mais antigos, pois em vários casos iniciaram o abate de forma artesanal e limitada, em pequenos abatedouros.

^{xii} Em Itapiranga, município de colonização essencialmente germânica, Klagenberg e as famílias Goerck, Schoeler lideraram um grupo de acionistas, cuja sociedade chegou a ter o expressivo número de 745 sócios quando o abatedouro foi inaugurado, em 1967. A criação do frigorífico teve grande influência dos padres jesuítas, que buscavam convencer os agricultores, inclusive nos sermões das missas. Em 1981 a indústria teve seu controle acionário adquirido pela Ceval, do grupo Hering. Cfe. informações obtidas junto à Prefeitura do Município de Itapiranga.

^{xiii} Cfe. “As bases da Cooperalfa”. Disponível em: <http://www.cooperalfa.com.br/fundadores-3>, acesso em: 12/05/2019. Destaque-se que entre os 39 cooperativistas que iniciaram a formação da Cooperativa, encontram-se 28 ítalo, em sua maioria nascidos nos primeiros assentamentos de imigrantes, no Rio Grande do Sul. Os outros 11 são descendentes de poloneses, alemães e lusos. Entre os descendentes de italianos aparecem: Baldissera, Belani, Bifi Fin, Bodanese, Cella, De Toni, Donadello, Guolo, Lunardi, Onghero, Scapinello, Scussiato, Sirena, Strapazzon, Tissiani, Tonin, Tosi e Zanchet.

^{xiv} Cfe. *Álbum do Cinquentenário de Chapecó*. Documentário Histórico. Chapecó. 1967. Acervo: Centro de Memória do Oeste – CEOM; CHAPECOLEGA. Fundação Plínio Arlindo De Nês. Chapecó, mai/jun 1987, n. 3, Ano 1. Entre os acionistas estavam vários ítalo-brasileiros, como: Lunardi, Sperandio Tissiani, Busato, Ruaro, Giacomelli, Bordignon, Destri, Poletto, Rossatto, Patussi, Zanoni, Bertaso, Beduschi, Botan, Fasolo, Casagrande, Marotti, Zanoni, Ortigara, Davi, Mosele, Pasqualli, Grando, Tomazelli e Menegatti. - No período áureo o frigorífico atuou em boa parte do mercado brasileiro, além de exportar para aproximadamente 50 países. Chegou a ter cinco mil empregados diretos, além de três mil produtores integrados. No entanto, teve sua falência decretada em 2005.

^{xv} Cfe. Morre Cooperativista Aury Bodanese. *Diário Catarinense*. Florianópolis, 31/01/2003. p. 18; Uma Vida de trabalho pelo cooperativismo. *Diário da Manhã*. Chapecó, 31/01/2003. p. 5; SILVESTRIN, Alvirio. *Bodanese: a geração de um pioneiro*. Chapecó: Mércur, 1999.

^{xvi} Cfe. DALLA COSTA, Armando João. A Perdigão, a passagem do poder e a profissionalização nas empresas familiares. Disponível em: <http://www.empresas.ufpr.br/perdigao.pdf> Acesso: 25/06/2018.

^{xvii} Cfe. Documento avulso da empresa e informações da neta Terezinha Dall’Oglio D’Agostini.

^{xviii} Informações fornecidas por Darci Cantú, filho de João Domingos.

^{xix} Cfe. SANTOS, Paulo Eliseu Santos. Panorama Histórico do Município de Capinzal. Disponível em: <http://blogdopauloeliseu.blogspot.com/>. Acesso em: 01/07/2019; e informações repassadas por Euclides Felipe Riquetti, ex-prefeito do município de Ouro-SC.

^{xx} As informações acerca da vida de Fontana foram facilitadas pela sua autobiografia, na qual registra os principais passos de sua trajetória de vida. FONTANA, Attilio. *História da minha vida*. Petrópolis: Vozes, 1980.

^{xxi} Descreve Ferreira (1992, p. 169) que no final da década de 1930, a companhia Mosele sentiu os reflexos de uma crise local devido aos baixos lucros gerados pelo milho, trigo e suínos, por isso tomou a iniciativa da criação de uma indústria para beneficiar esses produtos.

^{xxii} LIMA, Josiane de. *Formação de oligopólio e o uso corporativo do território pela cooperativa Central Aurora Alimentos Ltda.* Chapecó: UFFS, 2015, p. 34. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/1267/1/LIMA.pdf>. Acesso: 24/06/2019; LIMA, Joseane de. *Análise do processo de formação e implantação da cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda., na região Oeste de Santa Catarina: 1969/1973*. Chapecó: UFFS (Dissertação História), 2018, p. 31. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/2530/1/LIMA.pdf>. Acesso: 24/06/2019.

^{xxiii} O Ofício foi assinado por: S.A. Indústria e Comércio Concórdia; Ponzoni & Brandalize S.A. e Indústria Reunidas Ouro S.A. Joaçaba, 8 de agosto de 1953. Ofícios diversos para o Palácio do Governo de Santa Catarina. Florianópolis. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Telegrama com teor semelhante foi enviado pelo industrial Saule Pagnonceli ao Deputado Nunes Varela, reclamando das facilidades que existiam para a venda de suínos para outros Estados, em flagrante prejuízo à indústria catarinense. Cfe. *O Estado*, Florianópolis, 17/04/1950, p. 8. Em outros ofícios aparecem solicitações de recursos públicos para criação da Casa Rural e Exposição de Suínos, em Concórdia.

^{xxiv} BORNHAUSEN, Irineu. *Mensagem à Assembleia Legislativa de Santa Catarina*. Florianópolis, 1954, p. 14.